

**ERRATA 01- Conteúdo programático e bibliografia das áreas de Saúde Mental, Serviço Social e Psicologia.**

EDITAL Nº 21/2019 – SESA/ESPP

EDITAL DE SELEÇÃO DE RESIDENTES PARA OS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE MENTAL E EM ENFERMAGEM OBSTÉTRICA

**CONTEÚDO SAÚDE MENTAL**

*(Para todos os candidatos ao Programa de Saúde Mental)*

Reforma Psiquiátrica; Desinstitucionalização; Mudança de Paradigma na Saúde Mental; Serviços que Integram a Rede de Atenção à Saúde Mental e Atenção Psicossocial; Apoio Matricial; NASF-ab; Acolhimento; Ambiência; Programa de Volta para Casa; Projeto Terapêutico Singular; Estratificação de Risco; Suicídio; Psicopatologia; Atendimento à crise; Economia Solidária.

**Sugestão de Bibliografia:**

1. Amarante, P. (2007) Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Editora Fiocruz: Rio de Janeiro.
2. Brasil (2001) Lei nº 10.216 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.
3. Brasil (2006) Prevenção do Suicídio – Manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental. Ministério da Saúde: Brasília
4. Brasil. (2006). Ambiência 2ªed. Ministério da Saúde: Brasília. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ambiencia\\_2ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ambiencia_2ed.pdf)
5. Brasil (2011) Eixo I – Políticas Sociais e Políticas de Estado: pactuar caminhos intersetoriais (pgs. 23 a 65) In: IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial. Relatório Final. Brasília: Ministério da Saúde.
6. Brasil (2011) Eixo II – Consolidar a Rede de Atenção Psicossocial e Fortalecer os Movimentos Sociais (pgs. 67 a 107) In: IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial. Relatório Final. Brasília: Ministério da Saúde.
7. Brasil. Ministério da Saúde. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS : tecendo redes para garantir direitos. Ministério da Saúde. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília. 2014. 60 p.

8. Brasil (2017). Portaria Consolidada/MS nº 3 Anexo V de 28 de setembro de 2017.
9. Brasil (2017). Portaria nº 3588 / MS de 21 de dezembro de 2017.
10. Luz, M.T. (2005). Novos saberes e práticas em Saúde Coletiva : estudo sobre racionalidades médicas e atividades corporais. São Paulo: Hucitec.
11. Merhy, E. E. et al. (2016). Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes. Rio de Janeiro: Hexis.
12. Paraná (2014) Oficina 8 – Saúde Mental. Oficinas do APSUS: Formação e Qualificação do Profissional em Atenção Primária à Saúde. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2970>
13. Quevedo, J., Carvalho, A. F. (2014). Emergências Psiquiátricas. 3ª Ed. Porto Alegre; Artmed.
14. Rotelli, F., Leonardis, O., Mauri, D. (2006) Desinstitucionalização, uma outra via – A Reforma Psiquiátrica Italiana no Contexto da Europa Ocidental e dos “Países Avançados”. In: ROTELLI, F., LEONARDIS, O., MAURI, D. RISIO, C. Desinstitucionalização. Hucitec Editora: São Paulo
15. Scheubel, A.; Ferreira, L.H. (2011) Acolhimento no CAPS: referência acerca da assistência em saúde mental. Rev. Baiana de Saúde Pública: 2011.

## **SERVIÇO SOCIAL**

Questão Social; Políticas Sociais; Controle Social; Projeto Ético-Político do Serviço Social; Código de Ética Profissional; Dimensões da Prática Profissional do/a Assistente Social; Instrumentalidade do Serviço Social; Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência Social; Serviço Social e Saúde.

### **Sugestão de Bibliografia:**

1. BEHRING, E. R. e BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.
2. CFESS. Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Série: Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília. CFESS, 2010.
3. CONSELHO FEDERAL de SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética

Profissional do Assistente  
Social. Brasília: CFESS, 1993.

4. GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

5. IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003

6. Lei no 8.662 de 07 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social.

7. Lei no 12.317, de 26 de agosto de 2010, que acrescenta dispositivo à Lei 8.662 de 07/06/1993.

8. MIOTO, Regina Célia T. Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. Revista Virtual. Textos & Contextos Revista Virtual Textos & Contextos. No 3, Universidade Federal de São Paulo Pró-Reitoria de Extensão PRÓ- REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA 33 ano III, dez. 2004.  
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/teo/ojs/index.php/fass/article/view/979/5119>

9. NOGUEIRA, V. M. R.; MIOTO, R. C. T Serviço Social e Saúde. Ser Social (UnB), v. 11, p. 167, 2009.

10. SANTOS, MA. Lutas sociais pela saúde pública no Brasil frente aos desafios contemporâneos. Rev. katálysis [online]. 2013, vol.16, n.2, pp. 233-240.  
<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n2/09.pdf>

## **PSICOLOGIA**

Ética e Legislação Profissional; Fundamentos da Psicologia da Saúde; Atenção psicológica aos casos de transtornos mentais comuns, severos e persistentes nos diferentes ciclos de vida no contexto da saúde, incluindo no Núcleo de

Apoio à Saúde da Família; Psicologia Social; Teorias Psicológicas; Psicopatologia; Psicofarmacologia; Atenção às situações de uso abusivo de álcool e outras drogas e de violência sexual, física, psicológica, de raça e de gênero; Teorias e técnicas de grupos.

### **Sugestão de Bibliografia**

1. Bock, A.M.B., Furtado, O., Teixeira, M.L.T. (1999) Psicologias: Uma Introdução ao estudo de psicologia
2. Conselho Federal de Psicologia. (2005). Código de Ética Profissional do Psicólogo.
3. Dalgarrondo, P. (2000). Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais.
4. Stahl, S.M. (2014). Psicofarmacologia: Bases neurocientíficas e aplicações práticas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan